

---

*Entrevista:*

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leila Leite Hernandez**



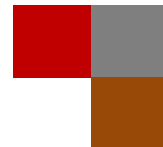
---

*Entrevistadoras:*

**Deborah Gomes**

**Fabiana Léo**

**Taciana Garrido**



**Temporalidades:** Sua tese de doutorado *Os Filhos da Terra do Sol: formação do Estado-Nação em Cabo Verde* foi realizada entre as décadas de 1980 e 1990, num momento em que os estudos em História da África eram ainda iniciais no Brasil. Quais as dificuldades enfrentadas naquele momento para os historiadores que se aventuravam em um campo ainda nascente?

**Professora Leila Hernandez:** A tese de doutorado foi realizada de 1988 a 1993, período no qual os temas sobre a África e os africanos no Brasil se faziam no âmbito dos Estudos Africanos. Eram pouquíssimas as pesquisas de historiadores sobre a África e os africanos, suas estruturas sociais e políticas, as dinâmicas dos movimentos sociais e suas heterogeneidades culturais. Em nosso país, até cerca de 30 anos, o lado africano do Atlântico fazia parte de pesquisas voltadas para conhecer questões relativas ao tráfico e à escravidão no âmbito da História do Brasil.

Assim como outros pesquisadores de África, tive diversas dificuldades, a maior delas, minha ignorância sobre o continente. A aproximação com o continente ocorreu quando estive no Senegal e em Cabo Verde, em 1982. As características históricas de Cabo Verde me intrigaram, mas só se tornaram desafios cerca de quatro anos depois, em 1986, quando fui convidada pelo Secretário de Estado e da Função Pública de Cabo Verde, Dr. Renato Cardoso, para ser consultora do Projeto de Reforma do Estado e da Função Pública.

Procurei entender o que estava em jogo, entretanto esbarrei na grande falta de conhecimento, o que me levou a procurar livros sobre África. Não foi fácil identificar em quais bibliotecas poderia obter obras sobre o continente e quais os arquivos a serem pesquisados aqui no Brasil. Em São Paulo, encontrei livros e documentos no Centro de Estudos Africanos na FFLCH/USP, na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, na Associação Cultural Agostinho Neto, e nos acervos da Fundação Carlos Chagas e da Fundação Getúlio Vargas. No Rio de Janeiro: o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, a Fundação Getúlio Vargas e o Centro de Estudos do Real Gabinete de Leitura.

O convite para integrar a equipe técnica do referido projeto impunha um estudo sobre Cabo Verde, o que, à partida, me colocou frente à difícil decisão de mudar o tema de pesquisa do meu doutorado, em fase de escritura dos capítulos da tese. Em 1988 encarei o desafio com o apoio decisivo do Prof. Dr. Octavio Ianni, que se dispôs a orientar a pesquisa. As leituras causaram um profundo impacto ao apresentar um retrato da sociedade cabo-verdiana formada sob as violências física e simbólica que permeavam assimetrias e desigualdades econômicas, sociais e culturais.

Além do interesse crescente, as leituras me prepararam para uma experiência única, em 1989. Única pela natureza do trabalho proposto, além de tornar possível a pesquisa em dois arquivos em Cabo Verde para a investigação do doutoramento. Quanto ao trabalho, era para integrar a comissão organizadora, acompanhar a fase preparatória e redigir, com a equipe encarregada, o Relatório Final para o Encontro Ministerial dos Cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa que, centralmente,



sistematizaria os debates sobre a “viragem” para uma economia de mercado e para um Estado de transição para a democracia em moldes liberais.

Esta tarefa implicava em levar em conta as especificidades históricas dos processos de construção dos modelos de desenvolvimento de Estados alinhavados aos diferentes matizes político-ideológicos, compreendendo a social democracia com partido único – caso de Cabo Verde - e os marxismos-leninismos próprios de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Esta viagem a Cabo Verde, em 1989, possibilitou a pesquisa de documentos no pequeno acervo do Centro de Formação em Administração (CENFA) e a reprodução de outros na Agência Geral do Ultramar, datados de 1960, alguns publicados em uma ou outra obra desde 1985. Possibilitou também que eu adquirisse alguns livros fundamentais para o doutorado e ainda participasse de um seminário no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa sobre “O Estado pós-colonial em África”, coordenado por Franz-Wilhelm Heimer, professor de Estudos Africanos, do Instituto Superior da Ciência e do Trabalho (ISCTE) e um dos fundadores do Centro de Estudos Africanos, em 1981.

Voltei a Cabo Verde no início de 1991 e no ano seguinte pelo “Projeto Regional de Formação em Administração Pública dos PALOP”, conhecido como “Formação de Formadores”, o que exigiu estudos sobre cada um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, ampliando o conhecimento sobre o Estado-Nação em Cabo Verde.

Por consenso dos africanos, fui escolhida para coordenar a área de “Estado, Administração Pública e Sociedade” e, desta forma, fui a responsável pela escolha dos temas, pela seleção e organização dos textos, pelas aulas em São Paulo, além de supervisionar a prática pedagógica dos africanos em Cabo Verde e na Guiné Bissau.

Esta longa digressão reconstitui algumas dificuldades da minha trajetória, que acredito não terem sido muito diferentes das enfrentadas por outros pesquisadores de temas sobre África e africanos.

**Temporalidades:** A senhora foi uma das pioneiras que ocuparam uma cadeira de História da África numa universidade brasileira. Qual a retrospectiva historiográfica das últimas duas décadas neste campo e quais os desafios que ainda perduram, tanto para a pesquisa quanto para implantação da disciplina na universidade?

**Professora Leila Hernandez:** Por uma série de processos em curso na sociedade brasileira, em particular o crescimento dos movimentos negros, ao qual se somou um número crescente de pesquisas iniciadas nos anos 1930, mas que ganharam corpo e cada vez maior reconhecimento de sua importância desde a década de 1980, o problema dos negros passou a sugerir novos desafios em uma sociedade como a brasileira, que encobria desigualdades e preconceitos sob o manto da democracia racial.



Nos últimos trinta anos, com a ampliação e o aprofundamento das pesquisas de fontes documentais, foram sensíveis as mudanças na historiografia brasileira sobre as duas margens do Atlântico, enriquecidas por novas abordagens, novos temas e objetos com vários recortes das dimensões econômicas e socioculturais próprias do caráter plural da sociabilidade do escravismo no Brasil e suas implicações.

Há um número crescente de importantes estudos que passaram a realçar a importância de uma história do mundo atlântico para os quais foram primordiais as reflexões de pesquisadores brasileiros e os diálogos que estabeleceram com pesquisadores estrangeiros, como Mary Karasch, Phillip Curtin, Herbert Klein, Joseph Miller, Paul Lovejoy, Claude Meillassoux, Patrick Manning e Catherine Coquery-Vidrovitch, os quais apresentaram registros do comércio negreiro e do fluxo demográfico, apresentando estimativas dos africanos entrados em nosso país até a extinção do tráfico.

Cabe observar que a revisão e a ampliação de enfoques com um amplo escopo de temas e periodicidade definida, formulação de problemas e fontes congruentes abriram novas possibilidades interpretativas, o que se reflete na produção dos pesquisadores que contribuem para consolidar a complexa temática da singularidade da África e dos africanos. Integra este grande conjunto estudos que tratam das trocas comerciais (sobretudo as que envolveram o tráfico Atlântico), da circulação de ideias, dos modos de vida e das criações identitárias enlaçadas às manifestações culturais e às resistências. Cito os trabalhos de Manolo Florentino, João José Reis, Luiz Felipe de Alencastro, entre outros, que registram a presença da África no Brasil e do Brasil na África. A estes autores somaram-se outros como Robert Slenes, Peter Fry e o pouco citado, mas não menos importante, Jacques d'Adesky. Suas obras contribuíram para que se constituísse uma sólida linha de pesquisa demográfica, econômica e cultural (no sentido amplo do termo), articulando dados quantitativos com análises qualitativas que deram ênfase à história de uma África que é vária.

Merece registro a área que estabelece uma articulação entre Antropologia e História, marcando a importância da interdisciplinaridade. Trata da vinda e do retorno de africanos, das sequências e rupturas em cada lado do Atlântico, sendo a obra de Pierre Verger fundamental para vários pesquisadores com diferentes abordagens. O autor de "*Fluxo e Refluxo: a Diáspora africana*" voltou-se para o tema da singularidade histórica da África e dos africanos, suas diferentes dinâmicas e temporalidades e os seus ritmos próprios, tratando das condições de vida dos escravos, da legislação, das revoltas e rebeliões na Bahia (com destaque para a de 1835), das formas de emancipação e do retorno à África. Em especial, analisou as relações dos africanos com o sagrado nos dois lados do Atlântico tocando, ainda que de forma transversa, no permanente debate sobre a cultura brasileira e a identidade nacional.

Na mesma trilha, destacam-se as pesquisas de Manuela Carneiro da Cunha e de Milton Guran. A proposta de ambos é compreender as particularidades do processo histórico que condicionaram a Diáspora e a volta de ex-escravos à África. Para Carneiro da Cunha, a interconexão dos processos e das



relações estabelecidas nas duas costas do Atlântico configurou na sua feliz expressão, uma “diáspora mercadora”.

Já Guran, mais diretamente tributário da obra de Verger, elegeu a fotografia como principal fonte documental e fez uma análise antropológica centrada na construção social das identidades dos “agudás”, os brasileiros do Benin, salientando o substrato negro que está impresso em diversas formas culturais de uma cultura nova. Os três pesquisadores contribuíram com obras clássicas para as áreas de Estudos Africanos, História da Diáspora e História da África, ainda sem fronteiras definidas e com estatutos teóricos vagos.

Mais um registro, este da obra de Alberto da Costa e Silva, que se fez historiador da África. Com erudição, considera os deslocamentos, os confrontos e o conjunto de aspectos próprios das culturas materiais e imateriais de uma África plural e em constante movimento, por um conjunto de razões internas à própria África, incluindo os contatos e intercâmbios culturais feitos com europeus e orientais, entre outros, chineses, indianos, árabes e libaneses.

No conjunto, com diferentes registros, todos os pesquisadores lembrados venceram as emboscadas próprias de dicotomias como: “África tradicional”, profunda, verdadeira e África “moderna”, contaminada pelos europeus promotores de rupturas num continente de permanente estabilidade (quase imobilidade) de seus “povos”. E também é o que tentei fazer, sobretudo, em *Os filhos da terra do sol* e *A África na sala de aula*. Tenho procurado alcançar esses objetivos desde o primeiro curso de História da África que ofereci na PUC/SP, em 1997- dividindo as aulas com os professores Fernando Novaes, Luiz Felipe Alencastro, Milton Santos, José Maria Nunes e Kabengele Munanga - passando pela atividade como docente e pesquisadora concursada no Departamento de História da Universidade de São Paulo desde o primeiro semestre de 1998 até os dias de hoje.

Mas os desafios ainda são muitos e de várias ordens, o mais difícil, promover uma ruptura com o paradigma ocidental presente no conhecimento e no imaginário sobre a África, os africanos e seus descendentes espalhados pelo mundo, passa pela academia brasileira, ainda predominantemente eurocêntrica. Já caminhamos bastante, mas há muito por fazer... Continuamos a ter o compromisso de qualificar nossos alunos que serão formadores de profissionais dos ensinos fundamental e médio, o que também passa pela produção de material didático para ser utilizado em sala de aula. Continuamos a ter compromisso com os alunos da graduação e da pós-graduação na preparação de nossas aulas e no difícil papel de orientadores de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado. Precisamos pesquisar mais, estudar mais e difundir nossos conhecimentos.

**Temporalidades:** A senhora tem recebido vários convites para participar de entrevistas que versam sobre as mais diversas temáticas do atual cenário político da África, desde questões



raciais na África do Sul, passando pelo plebiscito no Sudão à questão eleitoral no Quênia. Qual o papel político para o historiador da África Contemporânea?

**Professora Leila Hernandez:** Considero a divulgação do conhecimento para fora dos muros da academia um compromisso político, começando por salientar a não razoabilidade de tratar diferenças como desigualdades e por destacar as várias ordens de preconceito e discriminação. É papel do historiador de África contemporânea revelar o reducionismo com que a imprensa escrita, televisiva ou eletrônica trata difíceis questões africanas como próprias ou decorrentes de intolerâncias tribais ou de incapacidades, perpetuando a ideia de incompetência e primitivismo dos africanos, assim considerados segundo modelos e valores ocidentais.

**Temporalidades:** A terceira edição de seu livro *A África na sala de aula: visita à história contemporânea* é indício do interesse e, ao mesmo tempo, da dificuldade enfrentada por professores do ensino Fundamental e Médio para atender a uma demanda política e social no Brasil, a do ensino de uma história longamente esquecida. Como a senhora se posiciona frente à lei nº 10.639/2003 e como vislumbra as possibilidades de um ensino desvinculado do eurocentrismo?

**Professora Leila Hernandez:** Em primeiro lugar lembro que o livro – como consta em sua introdução – resultou das minhas aulas de História da África para os alunos de graduação em História do Departamento de História da Universidade de São Paulo. Neste sentido, *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*, em princípio, é um livro para ser usado no terceiro grau. A lei nº. 10.639/2003 colocou os professores do ensino Fundamental e Médio frente à escassez de material e os professores passaram a usar, em especial, os seis primeiros capítulos do livro.

Acho que o livro foi e é ainda uma boa contribuição para iniciar os estudos em História da África. Mas formar uma historiografia brasileira sobre a África ainda é um grande projeto. Precisa ser construído de forma sistemática e com muita determinação. Temos criticado o pensamento eurocêntrico, porém, volta e meia caímos em suas armadilhas...

**Temporalidades:** De que maneira a senhora avalia o diálogo e as contribuições dos estudos da diáspora para os estudos de História da África?

**Professora Leila Hernandez:** Ao articular empiria e análises teóricas, as pesquisas que tratam dos polos de difusão demográfica e cultural reveladores da presença da África no Brasil e do Brasil na África contribuem para os estudos da diáspora e de História da África.



Há uma geografia histórica ligando as duas margens do Atlântico como partes do cenário de uma cultura nova, fortemente marcada por um substrato negro, tornando evidente a importância do entendimento do tráfico, da escravidão e dos seus desdobramentos. Esse mesmo ponto de partida desafia a identificar os costumes, símbolos, ritos e práticas religiosas próprios da cultura, das sociabilidades e dos movimentos de rebeldia dos escravos que caracterizavam o cotidiano dos africanos em sociedades assemelhadas, nas duas margens do Atlântico.

**Temporalidades:** No Brasil, de modo geral, a historiografia tem buscado compreender a história do Brasil a partir das relações com a África. Seria possível escrever a história da África sem ter que passar por esse prisma?

**Professora Leila Hernandez:** Sim, é possível compreender a História da África sem ter de passar pela História do Brasil, o que tenho feito em todas as minhas escrituras. Comecei meus estudos de História da África a partir de questões próprias dos países africanos discutidas em colóquios, reuniões e em sala de aula com africanos e continuo a trabalhar apaixonadamente com temas de História da África contemporânea. A História da África não é apêndice da História Universal, nem da História das Américas, nem da História dos impérios europeus, nem da História do Brasil. Pode haver complementaridade, como na articulação entre sincronia e diacronia, estrutura e conjuntura, alinhavando hierarquias sociais e códigos culturais, mas a História da África não tem de passar necessariamente por nenhuma delas.

**Temporalidades:** O diálogo entre estudiosos africanos e estrangeiros tem sido bastante profícuo nos últimos anos. Como a senhora percebe o resultado desta mudança na historiografia produzida, sobretudo no Brasil?

**Professora Leila Hernandez:** Os encontros com pesquisadores nacionais e internacionais (africanos, europeus e americanos) contribuíram para o surgimento de novas abordagens, novos problemas relativos ao recorte do objeto e um maior cuidado na congruência entre as questões formuladas, a empiria e as balizas cronológicas. Cito: Paulo Farias, do Centro de Estudos sobre a África da Universidade de Birmingham (Inglaterra); Tereza Cruz e Silva, da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique); Boubacar Barry, da Universidade Cheik Anta Diop (Senegal); Gerhard Seibert e Carlos Almeida, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho (Portugal); Cláudia Castelo, do Instituto de Investigação Tropical (Portugal); o guineense Carlos Lopes, e os caboverdianos Manuel Brito Semedo e Iolanda Évora. Cito ainda o filósofo italiano Mauro Maldonato (Itália), o historiador francês René Pelissier. A principal contribuição dos encontros para os pesquisadores nacionais, assim como para os de outros países, deriva da troca de ideias sobre temas, questões e abordagens, somando esforços, por exemplo, para se repensar



os esquemas binários essencialistas e incorporar os vários significados de noções e conceitos, identificando especificidades de histórias em movimento.

**Temporalidades:** No atual momento político, as antigas reivindicações dos direitos e valorização das culturas afro-brasileiras ganham força e espaço dentro e fora da Academia. Como a senhora avalia a importância e a relevância da história da África nesse contexto?

**Professora Leila Hernandez:** A História da África remete ao continente e as suas gentes antes do século XV, aos intercâmbios entre a África ao norte e a África ao sul do Saara e os da costa do Índico. Uma África plural, com várias comunidades nacionais organizadas de forma mais ou menos estratificada e estrutura de poder horizontalizada ou mais verticalizada. Um continente definido por heterogeneidades de diversas ordens e com uma pluralidade de agentes construindo histórias particulares, marcadas por “processos históricos, dinâmicas sociais e culturas em movimento” nas palavras de Mia Couto registradas no Prefácio do meu livro *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*.

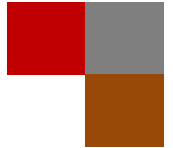
Por sua vez, o sistema capitalista colonial dos trinta últimos anos do século XIX reatualizou o imaginário europeu sobre a África e os africanos, fortalecendo e exportando estereótipos de primitivismo e inferioridade frente a um ocidente civilizado, desenvolvido e superior. Conhecer essa consciência planetária que se tornou ainda mais efetiva articulada aos interesses econômicos e políticos dos impérios europeus possibilita compreender a natureza da “situação colonial” e o sentido da colonização em África.

Em poucas palavras, o conhecimento destes e de outros temas tratados de diversas formas nos espaços da Academia e fora dela permite o reconhecimento dos africanos como agentes de sua História. Permite ainda identificar a origem dos preconceitos e da discriminação na modernidade subsumidos na ideia – hoje contestada- de que uns são mais iguais do que outros.

**Temporalidades:** A senhora acredita que a consolidação que se deu dos métodos e pressupostos teóricos da História Cultural nas últimas décadas teve um papel importante no revigoreamento dos estudos históricos das culturas africanas? Como?

**Professora Leila Hernandez:** Para o entendimento de diferenças e de entrelaçamentos culturais foram imprescindíveis as leituras de autores da historiografia marxista inglesa, entre os quais Hobsbawm, Thompson e Terence Ranger. Eles oferecem a chave para entender a pluralidade das resistências frente à violência e à exploração nos mundos do trabalho em sociedades sob a dominação colonial. Neste registro, há duas referências bibliográficas que continuam fundamentais: *A invenção das tradições* e o artigo de Ranger “Movimentos de resistência em África”, publicado no volume VII da *História Geral da África*.





Dito de forma mais concreta: busquei na obra desses autores o ancoradouro teórico para a pesquisa que fiz sobre Cabo Verde o que me permitiu, por exemplo, compreender como foram apropriados alguns símbolos e valores próprios do catolicismo, em duas manifestações culturais características da ilha de Santiago, o *batuco* e a *tabanca*, em torno dos quais se mobilizaram os rendeiros e meeiros da Ribeira do Engenho, em 1823, de Achada Falcão, em 1841, e a de Ribeirão Manoel, em 1910.

**Temporalidades:** Qual o livro que a senhora gostaria de ter escrito e por quê?

**Professora Leila Hernandez:** A resposta tem a dimensão de um sonho. E reúne duas grandes obras. Cito *Sociologia da África Negra*, cuja leitura é incontestavelmente fundamental. Um clássico sobre África, em que Georges Balandier concebe o conceito de *situação colonial*, rompendo com a Antropologia colonial, “filha do imperialismo”.

A segunda referência é uma obra de oito volumes que reúne pesquisadores de diversos temas sobre a África, a *História Geral da África*. Esta obra coletiva marcou o início de um pensamento plural, comprometido em “reafricanizar as mentes” e “descolonizar o pensamento”, identificando preconceitos, lacunas do conhecimento, sobretudo as relativas a não historicidade da África, além de questionar binarismos essencialistas.

São milhares de páginas, mas sonhos são sonhos...